

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020
com Relatório do Auditor Independente

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas	1
Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS	
Balanços patrimoniais consolidados	6
Demonstrações consolidadas do resultado	7
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente	8
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Cooperativo Sicredi S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo Sicredi S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles

executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

Provisão para perdas de créditos esperadas sobre a carteira de créditos (*impairment*)

Conforme apresentado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a provisão para perdas de créditos esperadas sobre a carteira de créditos totaliza R\$ 78.659 mil, em 31 de dezembro de 2021, constituída sobre diversos portfólios de crédito os quais são revisados pela administração, periodicamente, no que tange a estimativa de perdas esperadas dessas operações (*impairment*), em conformidade com o pronunciamento “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”. A estimativa envolve julgamento da administração na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia que identifique as perdas esperadas nas operações em curso, categorizadas em diferentes estágios, utilizando-se de premissas e julgamentos os quais incluem, entre outros, as análises sobre o ambiente econômico dos mercados onde os tomadores de crédito estejam inseridos, o histórico de pagamentos dos tomadores de crédito em operações similares contratadas, incluindo renegociações e avaliações de garantias aceitas nas operações.

Dada a relevância dos saldos de operações sujeitas ao risco de crédito, assim como grau de subjetividade e julgamento empregados pela administração para a determinação da perda esperada nessas operações, bem como os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Avaliamos o desenho e o funcionamento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito, em consonância com as políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos pelo Banco. Adicionalmente realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito e repasses interfinanceiros, testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “*ratings*” atribuídos e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo as análises preparadas pela administração do Banco sobre os eventuais impactos gerados pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão do Covid-19.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco, em razão de volume e complexidade, são altamente dependentes do funcionamento adequado da estrutura de tecnologia da informação de seus sistemas. Desta forma, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas nos testes de controle gerais de tecnologia para os processos de gestão de mudança e gestão de

acessos referente aos sistemas considerados relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Transações com partes relacionadas

O Banco é parte integrante da estrutura organizacional do Sistema Cooperativo Sicredi e realiza, dentro do âmbito de suas operações, transações com essas partes relacionadas. Devido ao grande número de partes relacionadas, ao volume transacionado e ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com partes relacionadas como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento das políticas e procedimentos que o Banco possui para identificar e mapear as transações com partes relacionadas, além da obtenção de representação formal, por parte da administração, a respeito da identificação de todas as partes relacionadas do Banco. Testamos, de forma amostral, as transações com partes relacionadas, para validar a existência, valorização e competência dos saldos registrados, bem como as eliminações de seus efeitos, quando aplicáveis, nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Com base nos exames efetuados, confirmamos que as transações com partes relacionadas seguem condições de mercado. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa 28, às demonstrações financeiras consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração, na identificação e reconhecimento das transações com partes relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 10 de junho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP-015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Balancos patrimoniais consolidados
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.151.978	2.791.038
Ativos financeiros ao custo amortizado		78.835.711	56.333.522
Valores a receber de instituições financeiras	8	7.923.549	4.947.069
Empréstimos e recebíveis de clientes	10	63.963.239	44.131.852
Demais ativos financeiros ao custo amortizado	9.a	6.948.923	7.254.601
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		369.765	254.508
Demais ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	9.a	243.359	208.312
Derivativos	9.b	126.406	46.196
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.a	1.327.629	7.836.414
Crédito tributário corrente		30.927	11.746
Crédito tributário diferido	18	2.907	39.745
Outros ativos	14	388.888	341.391
Ativos intangíveis	11	127	589
Imobilizado	12	58.631	59.441
Propriedade de investimento	13	3.215	3.304
Total de ativos		83.169.778	67.671.698
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	15	72.798.377	60.815.407
Depósitos de instituições financeiras	15	30.863.872	20.765.169
Depósitos de clientes	15	29.115.424	22.420.233
Obrigações por títulos e valores mobiliários	15	12.819.081	17.630.005
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	9.b	29.404	48.267
Derivativos		29.404	48.267
Provisões	16	28.426	28.129
Passivo tributário - corrente		27.615	41.448
Dívida subordinada		-	100.825
Outros passivos	18	7.564.167	4.898.421
Total de passivos		80.447.989	65.932.497
Patrimônio Líquido			
Capital social	19	2.388.974	1.458.974
Instrumento híbrido de capital e dívida		271.517	224.469
Reservas		60.939	56.728
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		2.721.430	1.740.171
Ajuste de valor patrimonial		221	(1.066)
Participação de acionistas não controladores		138	96
Total do patrimônio líquido		2.721.789	1.739.201
Total de passivos e patrimônio líquido		83.169.778	67.671.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de juros	20	4.115.684	3.278.839
Despesa de juros	20	(3.137.907)	(2.085.192)
Receita líquida com juros		977.777	1.193.647
Receita de tarifas, taxas e comissões	21	961.737	845.962
Despesa de tarifas, taxas e comissões	21	(405.142)	(191.942)
Receita líquida de tarifas, taxas e comissões		556.595	654.020
Ganho / (perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	22	189.607	(148.916)
Outras receitas operacionais	23	684.190	526.558
Despesas de pessoal	24	(117.358)	(111.418)
Outras despesas administrativas	25	(1.728.491)	(1.622.244)
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	(4.774)	(4.672)
Outras despesas operacionais	26	(312.738)	(329.811)
Provisão para perdas de créditos esperadas	10a	(56.577)	(14.457)
Lucro operacional antes da tributação		188.231	142.707
Tributos sobre o lucro	27	(81.314)	(59.610)
Lucro líquido do exercício		106.917	83.097
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		106.875	83.095
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		42	2
Lucro básico/diluído por ação (em Reais - R\$)			
Ações preferenciais classe A		0,28	0,22
Ações preferenciais classe B		0,15	0,12
Ações ordinárias		0,02	0,03
Quantidade			
Ações preferenciais classe A	7	249.548.540	249.548.540
Ações preferenciais classe B	7	32.782.343	32.782.343
Ações ordinárias	7	1.780.876.640	1.000.995.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	106.917	83.097
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes		
Movimento líquido no valor justo	2.340	(1.870)
Efeito de imposto de renda	(1.053)	842
Total do resultado abrangente	<u>108.204</u>	<u>82.069</u>
Resultado abrangente atribuível a participação dos acionistas não controladores	42	2
Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador	<u>108.162</u>	<u>82.067</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social		Instrumento Híbrido de Capital e Dívida/Dívida Subordinada	Lucros acumulados	Reservas de Lucros	Ajuste Marcação a Mercado TVM	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar							
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.338.974	(85.000)	224.780	-	51.948	(38)	1.530.664	94	1.530.758
Lucro líquido do exercício	-	-	-	83.095	-	-	83.095	2	83.097
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(1.028)	(1.028)	-	(1.028)
Reserva Legal	-	-	-	(4.218)	4.218	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	-	1.263	562	-	1.825	-	1.825
Dividendos	-	-	-	(80.140)	-	-	(80.140)	-	(80.140)
Juros ao capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida/dívida subordinada	-	-	(311)	-	-	-	(311)	-	(311)
Aumento de capital	120.000	85.000	-	-	-	-	205.000	-	205.000
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.458.974	-	224.469	-	56.728	(1.066)	1.739.105	96	1.739.201
Lucro líquido do exercício	-	-	-	106.875	-	-	106.875	42	106.917
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes	-	-	-	-	-	1.287	1.287	-	1.287
Reserva Legal	-	-	-	(5.400)	5.400	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	-	1.126	(1.189)	-	(63)	-	(63)
Dividendos	-	-	-	(102.601)	-	-	(102.601)	-	(102.601)
Juros ao capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida/dívida subordinada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	930.000	-	47.048	-	-	-	977.048	-	977.048
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.388.974	-	271.517	-	60.939	221	2.721.651	138	2.721.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido consolidado antes da tributação e participação dos acionistas não controladores	188.231	142.707
Ajustes ao lucro:		
<i>Itens não monetários incluídos no lucro líquido consolidado</i>		
Depreciação e amortização	4.774	4.672
Provisão para perdas de créditos esperadas	56.577	14.457
Aumento/(Redução) em instrumentos híbridos de capital e dívida	937	(311)
Provisão para passivos em litígios	298	4.102
Custo da alienação de imobilizado	160	1.133
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(34.563)	3.188
	28.183	27.241
(Aumento) redução líquido nos ativos operacionais		
Ativos financeiros ao custo amortizado	(22.965.268)	(12.488.259)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	93.778	10.061.517
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.335.600	(6.174.426)
Outros ativos	(47.497)	(136.306)
	(16.583.387)	(8.737.474)
Aumento (redução) líquido nos passivos operacionais		
Passivos financeiros ao custo amortizado	11.982.970	9.617.910
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(18.863)	48.206
Outros passivos	2.655.925	1.285.377
Impostos sobre lucros pagos	(44.120)	(61.931)
	14.575.912	10.889.562
Total de fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(1.791.061)	2.322.036
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	1.392.827
Ativos financeiros ao custo amortizado	412.597	(7.247.590)
Aquisição de imobilizado	(3.537)	(6.151)
Aquisição de intangível	-	-
Total de fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	409.060	(5.860.914)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dívida subordinada	(106.920)	(7.011)
Aumento Capital	930.000	205.000
Juros ao capital	(10.000)	(10.000)
Pagamento de dividendos	(70.139)	(79.081)
Caixa líquido provenientes das atividades de investimento	742.941	108.908
Movimento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(639.060)	(3.429.970)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.791.038	6.221.008
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.151.978	2.791.038
Transações não monetárias	101.126	78.678
Dividendos	101.126	78.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco” ou “Instituição”), instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo (“Sicredi” ou “Sistema”), atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo.

Em 31 de dezembro de 2021, o Sistema está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.203 pontos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais (“Centrais”) – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi (“Confederação Sicredi”), a Fundação Sicredi e o Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

O Banco e o Rabo Partnerships B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de junho de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Em outubro de 2012, o Banco e a International Finance Corporation (“IFC”), membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, firmaram acordo de investimento. A parceria visa contribuir para a manutenção da capacidade de alavancagem do Banco em níveis que permitam atender às demandas das Cooperativas filiadas, além de garantir o alinhamento estratégico do Sistema e IFC. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2013.

Em 31 de dezembro de 2021, o Rabo Partnerships B.V. e a IFC detêm, respectivamente, participação de 12,10% e 1,59% (Em dezembro de 2020 - 19,45% e 2,55%, respectivamente) das ações do Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco em IFRS foram aprovadas pela diretoria em 10 de junho de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Este conjunto de Demonstrações Financeiras Consolidadas foi preparado de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em atendimento à Resolução nº 3.786/09 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor até 31 de dezembro de 2021. As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2021 são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.2 Base da Consolidação das demonstrações financeiras consolidadas

2.2.1 Controladas

As controladas e outras entidades sobre as quais o Banco exerce controle, direta ou indiretamente, são consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o Banco obtém o controle, e deixam de ser consolidadas na data na qual esse controle acaba. Todas as transações, saldos, e ganhos e perdas não realizados entre as unidades de negócios do Banco são eliminados como parte da consolidação.

As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora.

Empresa	Atividade	31/12/2021	31/12/2020
Participações diretas no capital:			
		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	100,00	99,75
Sicredi - FIC Mult Estratégia Arrojada LP	Fundo de investimento	98,53	-
Sicredi - FIC RF Estratégia Conservadora LP	Fundo de investimento	59,81	-
Sicredi - FIC Mult Estratégia Moderada LP	Fundo de investimento	95,62	-
Sicredi - Ações Sustentáveis ESG FIC FIA	Fundo de investimento	87,52	-

Foram integradas as demonstrações financeiras consolidadas os fundos de investimentos nos quais o Banco Sicredi sob qualquer forma, assuma ou retenha substancialmente riscos e benefícios.

3. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas são explicadas abaixo.

3.1 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas requer que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, os ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores reportados de receitas e despesas durante o período de apresentação dos relatórios. As situações avaliadas com base nos dados e informações financeiras disponíveis abrangem principalmente a determinação da provisão para perdas de créditos esperadas, valor justo de ativos e passivos e reduções ao valor recuperável (*impairments*). Embora a administração tenha baseado suas estimativas na avaliação mais cuidadosa possível das circunstâncias e atividades atuais, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

3.2 Instrumentos financeiros

Todos os ativos e passivos do Banco estão registrados conforme as respectivas práticas, incluindo as decorrentes da adoção do IFRS 9.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos geralmente significam contratos cambiais, futuros de moeda e taxa de juros, contratos a termo, *swaps* monetários e de taxa de juros, e opções de moedas e juros (subscritos e adquiridos). Os instrumentos financeiros derivativos podem ser negociados em uma bolsa ou como instrumentos de balcão entre o Banco e um cliente.

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo. O valor justo é determinado utilizando-se preços cotados de mercado, preços oferecidos por *traders*, modelos de desconto de fluxos de caixa, e modelos de avaliação de opções com base nos preços de mercado atuais e preços contratados para os instrumentos subjacentes, bem como a mudança no valor do dinheiro no decorrer do tempo, curvas de rendimento e a volatilidade dos ativos e passivos subjacentes. Todos os instrumentos financeiros derivativos são incluídos no ativo caso seu valor justo for positivo e no passivo caso seu valor justo for negativo.

Instrumentos financeiros derivativos incorporados em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente caso seus riscos e características não estiverem fortemente relacionados àqueles do contrato de derivativos subjacente e esse contrato não for classificado pelo valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos não utilizados para operações de hedge, os ganhos e perdas realizados e não realizados com instrumentos financeiros derivativos são classificados pelo Banco como mantidos para negociação e reconhecidos em "Receita de juros".

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

(iv) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

O Banco designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

(v) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações e instrumentos de dívida.

Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

(vi) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que o Banco não planeje vender ativos classificados nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esses ativos até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, o Banco não é obrigado a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

(vii) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

a) Baixa de ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido ou houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se: (i) houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo; ou (ii) não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas houver transferência do controle sobre o ativo.

Quando o Banco e suas subsidiárias transferem o direito de receber o fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, é reconhecido na medida do envolvimento contínuo do Banco e suas subsidiárias no ativo. Nesse caso, o Banco também reconhece um passivo relacionado.

O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pelo Banco e suas subsidiárias.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença para o valor contábil é reconhecida no resultado do exercício.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, o Banco deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num período de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão.

A norma introduziu o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo sofre alteração de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriora. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios, conforme abaixo:

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

- Estágio 1 - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito na originação;
- Estágio 2 - Perdas permanentes de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro: Aplicável aos ativos financeiros com um aumento significativo no risco de crédito, mas que não foram originados com problemas de recuperação.
- Estágio 3 - Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que tenham um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Para ativos financeiros que não são originados com problemas de recuperação, mas que posteriormente se tornaram com problemas de recuperação, difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) em vez do valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

c) Mensuração

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo de mercado.

Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Instituição para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como “*day-one profit/loss*”) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Instituição possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos.

A Instituição utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Instituição se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre.

A administração determina a classificação apropriada dos seus investimentos nas suas datas de aquisição.

3.2.1 Operações compromissadas

Os ativos financeiros que são vendidos e estão sujeitos a acordos de venda e recompra estão incluídos nas demonstrações financeiras em “ativos financeiros disponíveis para venda”. O passivo para a contraparte é incluído em “depósitos de instituições financeiras” e “depósitos de clientes”, dependendo da aplicadora.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros adquiridos sob acordos de revenda e recompra são reconhecidos dependendo do prazo e da aplicadora como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Valores a receber de instituições financeiras, ou;
- Obrigações por títulos e valores mobiliários.

A diferença entre o preço de venda e preço de recompra é reconhecida como receita de juros ou despesa de juros no decorrer do prazo do acordo, com base no método de juros efetivos.

3.2.2 Empréstimos e recebíveis de clientes e valores a receber de instituições financeiras

Empréstimos a clientes e valores a receber de instituições financeiras são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos, não cotados em um mercado ativo. Esses empréstimos e valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, incluindo custos da transação. Os empréstimos estão sujeitos a análises de redução ao valor recuperável individuais ou coletivas. Um ajuste de valor, uma provisão para perdas em empréstimos, é reconhecida se houver evidência objetiva de que o Banco não é capaz de receber os valores devidos com base nos termos originais do contrato.

O tamanho da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, que é o valor presente dos fluxos de caixa esperados, incluindo valores recuperáveis com base em avais, fianças e outras garantias, descontados pela taxa de juros efetiva original dos empréstimos.

A provisão para empréstimos inclui prejuízos se houver evidência objetiva de que as perdas são atribuíveis a algumas parcelas da carteira de empréstimos na data do balanço. Exemplos de evidência objetiva para ajustes de valor são:

- Problemas financeiros significativos por parte do tomador;
- Atraso no pagamento de juros e/ou do principal por parte do tomador;
- Renegociações de empréstimos;
- Possibilidade de falência ou reorganização financeira do tomador;
- Mudanças na situação de pagamento do tomador;
- Mudanças nas circunstâncias econômicas que poderão levar o tomador a não honrar seus compromissos financeiros.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

O valor contábil dos empréstimos é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o prejuízo é lançado na conta de resultado. Caso o empréstimo não for passível de recebimento, ele é baixado da provisão relacionada de perdas em empréstimos.

Quaisquer valores recebidos subsequentemente são incluídos sob o item “provisão para perdas de créditos esperadas” na conta de resultado.

3.2.3 Depósitos de instituições financeiras, depósitos de clientes e obrigações por títulos e valores mobiliários

Essas obrigações por empréstimos são inicialmente reconhecidas pelo custo, ou seja, os valores recebidos menos os custos de transação diretamente atribuíveis e não recorrentes. Os empréstimos são incluídos subsequentemente ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos e o valor de resgate é reconhecida no decorrer do prazo do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4 Moedas estrangeiras

3.4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades controladas pelo Banco.

3.4.2 Transações em moedas estrangeiras

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Diferenças de conversão surgidas na liquidação de tais transações ou na conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado.

Diferenças de conversão em títulos de dívida e outros ativos financeiros monetários registrados pelo valor justo são incluídas em ganhos e perdas cambiais.

Diferenças na conversão de itens não monetários tais como instrumentos acionários para negociação são reconhecidas como parte dos ganhos e perdas ao valor justo.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3.5 Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos remunerados são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, com a aplicação do método dos juros efetivos. A receita de juros inclui cupons relacionados a ativos financeiros com juros fixos e ativos financeiros para negociação, bem como prêmios e descontos acumulados nos títulos do tesouro e outros instrumentos altamente líquidos.

Se quaisquer empréstimos sofrerem perdas por redução ao valor recuperável, eles são baixados para os seus valores recuperáveis e a receita de juros reconhecida a partir de então é baseada na taxa de desconto para se calcular o valor presente dos fluxos de caixa futuros utilizados para determinar os valores recuperáveis.

3.6 Tarifas, taxas e comissões

A receita das atividades de administração de ativos consiste principalmente de taxa de administração de fundos e clubes de investimentos.

A receita de administração de ativos e corretagem de seguros é reconhecida conforme auferida uma vez que os serviços tenham sido prestados. Taxas, comissões e receita de outros serviços prestados são geralmente reconhecidas pelo regime da competência.

3.7 Ativo intangível

3.7.1 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis incluem o valor de software de computadores.

Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuro esperados que seja a eles atribuído serão transferidos para o Banco.

Os gastos que melhoram o desempenho do software em relação às suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Depois do reconhecimento inicial, ativos intangíveis são contabilizados ao custo menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda com redução ao valor recuperável.

3.8 Imobilizado

Os equipamentos para uso próprio são reconhecidos pelo custo histórico, líquido da depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para uso próprio representam principalmente escritórios e também são reconhecidas ao custo menos a depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

A depreciação pelo método linear é aplicada a esses ativos de acordo com o esquema abaixo. Cada ativo é depreciado até o seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada:

- Terrenos: não são depreciados
- Edifícios: 55 anos
- Equipamentos de computação e veículos: 5 anos
- Outros equipamentos: 10 anos

Anualmente, o Banco avalia se há indicadores de redução ao valor recuperável do imobilizado.

Se o valor contábil de um ativo supera o seu valor recuperável estimado, o valor contábil é reduzido imediatamente para o valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação dos itens do imobilizado são determinados na razão direta dos seus valores contábeis e levados em conta na determinação do resultado operacional. Os reparos e trabalho de manutenção são debitados do resultado no momento que os custos relevantes são incorridos. Os gastos para estender ou aumentar os benefícios de terrenos e edificações em comparação com seus benefícios originais são capitalizados e depreciados subsequentemente.

3.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento, principalmente edifícios comerciais, são mantidas para receita de locação de longo prazo e não são utilizadas pelo Banco ou suas controladas. As propriedades para investimento são reconhecidas como investimentos de longo prazo e incluídas no balanço pelo custo, líquido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para investimento são depreciadas de acordo com os termos dos contratos de arrendamento subjacentes.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas se o Banco ou as empresas Controladas, possuírem uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, se for provável que um desembolso de recursos que possui benefícios econômicos será necessário para liquidar a obrigação, e se uma estimativa confiável puder ser feita do valor da obrigação.

Se o Banco espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, sob um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente se for praticamente certo. As provisões são lançadas pelo custo descontado dos fluxos de caixa futuros esperados.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3.11 Benefícios a pessoal

Um plano de contribuição definida é aquele no qual o Banco paga contribuições fixas para uma entidade separada (um fundo de pensão) e não adquire nenhuma obrigação legal ou implícita.

Com base nos planos de contribuição definida, o Banco paga contribuições para planos de pensão segurados gerenciados por entidades públicas ou privadas em uma base compulsória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições tenham sido feitas, o Banco não tem obrigações posteriores de pagamento. As contribuições regulares são o total do custo para o exercício no qual elas são devidas e estão incluídas nessa base no item “despesas de pessoal”.

3.12 Impostos

Os impostos a receber e a pagar e os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso estejam relacionados ao mesmo grupo tributário e à mesma autoridade tributária. Eles também são compensados se houver um direito garantido por lei para a compensação dos itens fiscais e o tratamento simultâneo, ou a liquidação for esperado.

Provisões são integralmente constituídas para passivos fiscais diferidos, utilizando o método do passivo, decorrentes de diferenças temporárias no balanço entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de relatórios financeiros.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação a quais diferenças temporárias podem ser utilizadas.

Os impostos sobre o lucro são calculados de acordo com a legislação tributária no Brasil e reconhecidos no período no qual o lucro é realizado.

Os efeitos fiscais da compensação de perdas tributárias não utilizadas são reconhecidos como um ativo se for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação a quais perdas podem ser utilizadas.

Ativos ou passivos fiscais diferidos são incluídos para a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda que são debitados ou transferidos para o patrimônio e reconhecidos na realização, juntamente com o respectivo ganho ou perda.

3.13 Garantias financeiras

As garantias financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo maior valor entre:

- O valor que o Banco teria de pagar razoavelmente na data do balanço para liquidar a obrigação ou transferi-la para um terceiro; ou
- O valor contábil inicial menos a amortização.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As disponibilidades abrangem recursos em caixa, depósitos no mercado financeiro e depósitos em bancos centrais. A demonstração de fluxo de caixa é preparada de acordo com o método de cálculo indireto e fornece detalhes da origem das disponibilidades que se tornaram acessíveis durante o exercício e sua aplicação durante o ano.

O lucro operacional antes de impostos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é ajustado para os itens no resultado e movimentações nos itens do balanço que efetivamente não geram fluxos de caixa durante o ano.

Os fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e financiamento são apresentados separadamente. Movimentos nos empréstimos e recebíveis e depósitos interfinanceiros são contabilizados nos fluxos de caixa de atividades operacionais. As atividades de investimento referem-se a aquisições e alienações e repagamentos de investimentos financeiros, bem como a aquisição e alienação de controladas e imobilizado.

Os valores da emissão e pagamentos de empréstimos subordinados se qualificam como atividades de financiamentos.

3.15 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo Banco. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais classe A terem direito sobre o recebimento de dividendos com base no lucro do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito), conforme previsto no acordo de acionistas do Banco. Estes dividendos são calculados com base em um coeficiente (QPL) aplicado sobre o resultado do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito) gerando, desta forma, uma desproporcionalidade na distribuição dos dividendos em relação à participação percentual sobre o capital do Banco.

3.16 Adoção de novas normas e interpretações

- **Alteração da Estrutura Conceitual** - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Não houve impacto decorrente da adoção dos novos termos da Estrutura Conceitual no Banco Sicredi.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3.17 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB e que ainda não estão em vigor.

- **IFRS 17** – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo e apresenta três abordagens para avaliação:

- Modelo padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
- *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;
- *Variable Fee Approach*: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de caixa futuros esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. Os possíveis impactos, estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Conciliação entre IFRS e BRGAAP

4.1 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Os principais ajustes que impactaram o resultado e o patrimônio líquido do Banco são:

4.1.1 Conversão de moeda estrangeira

Para BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade por meio da utilização da cotação “PTAX800” (média praticada no dia), conforme determinam as regras do BACEN. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra para ativos e venda para passivos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

A diferença na taxa de conversão de operações em moeda estrangeira gerou ajuste de critérios contábeis.

4.1.2 Provisão para perdas de créditos esperadas/Ajuste ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis

A provisão para perdas de créditos esperadas, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulamentares.

A provisão para ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros, segundo as normas internacionais é apurada tomando por base análise individual e coletiva das operações que compõem o portfólio de ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito e contemplam análise do histórico de perdas e informações conhecidas por ocasião das análises.

4.1.3 Ativos permanentes

A depreciação pelas práticas contábeis em BRGAAP foi influenciada por exigências fiscais, porém, de acordo com o IFRS elas devem refletir a vida útil dos ativos. O Banco e suas controladas utilizam para determinação da vida útil de seus prédios 25 anos, mas o laudo solicitado pelo Banco apurou a nova vida útil dos prédios de sua propriedade passando para 55 anos o que ocasionou uma reversão de depreciação.

4.1.4 Propriedade para investimento

A Administradora de Bens Sicredi, empresa controlada do Banco é destinada a administração de bens. A maior parte dos ativos imobilizados do Banco e suas controladas se encontra alocados nessa empresa, a qual faz a locação de instalações e edifícios para as empresas do consolidado, mas também loca para terceiros beneficiando-se do aluguel para geração de receitas.

O Banco e controladas não dão tratamento específico de propriedade para investimento a nenhum dos ativos mantidos pelo grupo.

Os imóveis são reconhecidos ao custo e depreciados normalmente e as receitas de aluguel são reconhecidos de acordo com a regime de competência.

Segundo determina o IFRS - propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, diante disso o Banco efetuou a reclassificação das áreas locadas para terceiros passando assim a ser reconhecida como propriedade para investimento.

4.1.5 Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

diferenças temporárias tributárias ou dedutíveis. Sendo assim o Banco efetuou os cálculos dos impostos diferidos sobre os ajustes de adoção.

4.1.6 Taxa efetiva de juros captação de poupança

O IFRS exige que, para todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) que paguem juros que não são classificados como “valor justo contra resultado”, os juros sejam reconhecidos de acordo com a taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta todos os fluxos de caixa esperados ao longo da vida esperada do instrumento ao valor contábil do instrumento no primeiro dia.

A vida esperada de um instrumento financeiro não é necessariamente igual à vida contratual - por exemplo, algumas operações têm um alto nível de pré-pagamento, renegociação ou resgate antes da data de vencimento. A vida esperada utilizada no cálculo da taxa efetiva de juros baseia-se nas provisões da entidade. A vida contratual deve ser utilizada apenas se a vida esperada não possa ser estimada de uma maneira confiável. Mudanças nas expectativas da entidade deveriam ser contabilizadas no resultado quando ocorrerem.

4.1.7 Classificação dos instrumentos híbridos de capital e dívida e dívida subordinada

Instrumentos financeiros emitidos são classificados com base em suas obrigações contratuais, e não em sua forma legal. Uma captação é classificada como patrimônio líquido se não possuir obrigação contratual de pagar juros, principal ou dividendo, por meio de entrega de caixa ou outros ativos financeiros ao detentor ou de troca de ativos e passivos financeiros com o detentor sob condições que são potencialmente desfavoráveis ao emissor.

As captações efetuadas pelo Banco através de Recibo de Depósito Bancário - RDB com a finalidade de "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", realizadas juntos às Cooperativas Centrais de Crédito controladoras não possuem prazo de vencimento e podem ser usados para absorção de prejuízos. Diante deste fato o Banco efetuou a reclassificação deste instrumento para o Patrimônio Líquido em IFRS entendendo que o mesmo tem característica de capital.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

5. Capital Regulatório

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2021	2020
Patrimônio de Referência (PR)	2.721.274	1.737.088
Nível I (NI)	2.675.163	1.737.088
Capital Principal (CP)	2.449.757	1.512.619
Capital Social	2.388.974	1.458.976
Reservas de Capital	60.681	55.287
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	221	(1.066)
Ajustes Prudenciais	(119)	(578)
Capital Complementar (CC)	225.406	224.469
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	225.406	224.469
Nível II (NII)	46.111	-
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	46.111	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	17.826.570	12.487.241
Risco de Crédito	15.382.056	10.469.187
Risco de Mercado	83.032	59.233
Risco de Operacional	2.361.483	1.958.821
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	242.288	86.054
Margem de Capital¹	696.337	495.964
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,3%	13,9%
Capital Nível I (NI / RWA)	15,0%	13,9%
Capital Principal (CP / RWA)	13,7%	12,1%
Capital Complementar (CC / RWA)	1,3%	1,8%
Capital Nível II (NII / RWA)	0,3%	-
Situação de Imobilização (Imob)	87.428	96.230
Índice de Imobilização (Imob / PR)	3,2%	5,5%

¹ Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

6.1 Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

6.2 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

6.3 Risco de continuidade de negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades.

6.4 Risco de mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação das carteiras de negociação, que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerado a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

6.5 Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

6.6 Risco de liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

6.7 Risco de crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

6.8 Risco socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

6.9 Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção; (ii) Detecção; e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

6.10 Risco de segurança da informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

6.11 Informações adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do [sítio www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do [sítio www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

6.12 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

	Nota	2021	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		2.151.978	2.219.101
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Valores a receber de instituições financeiras	6.12.1	7.923.549	7.923.549
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.12.2	63.963.239	63.963.239
Demais ativos financeiros ao custo amortizado		6.948.923	7.293.730
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		369.765	369.765
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.327.629	1.327.629
Total do ativo		82.685.083	83.097.013
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos de instituições financeiras	6.12.4	30.863.872	30.863.872
Depósitos de clientes	6.12.4	29.115.424	29.115.424
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.12.3	12.819.081	12.977.252
Derivativos		29.404	29.404
Total do passivo (instrumentos financeiros)		72.827.781	72.985.952

	Nota	2020	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		2.791.038	2.800.820
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Valores a receber de instituições financeiras	6.12.1	4.947.069	4.947.069
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.12.2	44.131.852	44.131.852
Demais ativos financeiros ao custo amortizado		7.254.601	7.208.851
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		254.508	254.508
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		7.836.414	7.836.414
Total do ativo		67.215.482	67.179.514
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos de instituições financeiras	6.12.4	20.765.169	20.765.169
Depósitos de clientes	6.12.4	22.420.233	22.420.233
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.12.3	17.630.005	17.667.963
Derivativos		48.267	48.267
Total do passivo (instrumentos financeiros)		60.863.674	60.901.632

O valor justo é o valor no qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado entre duas partes informadas e dispostas em uma transação isenta de interesses. Os valores que estão apresentados em Valor Justo são dos itens a seguir: *Caixa e equivalente de Caixa, demais ativos*

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

financeiros ao custo amortizado, Obrigações por títulos e valores mobiliários. Os demais estão apresentados no Valor Contábil.

6.12.1 Valores a receber de instituições financeiras: O valor justo dos valores a receber de instituições financeiras é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado.

6.12.2 Demais Ativos financeiros: O valor justo de demais ativos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares ou, quando aplicáveis, modelos de precificação de opções.

6.12.3 Obrigações por títulos e valores mobiliários: O valor justo desses instrumentos é calculado utilizando-se um modelo de fluxo de caixa descontado, com base em uma curva de rendimento atual apropriada para o prazo de vencimento.

6.12.4 Demais instrumentos financeiros ativos e passivos: Assume-se que o valor justo dos demais instrumentos financeiros ativos e passivos é praticamente igual ao seu valor contábil.

O teste de sensibilidade tem como objetivo medir a volatilidade dos preços de um título em função de oscilações nas taxas de juros, complementando o gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela abaixo apresenta, para cada fator de risco com exposição relevante, a variação percentual da taxa de juros necessária para gerar uma redução do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência (PR).

Fator de Risco	Exposição		5% PR		10% PR		20% PR	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pré	10.994.601	20.825.102	1,00%	0,70%	2,04%	1,43%	4,26%	2,94%
TR	18.066.048	13.922.530	-4,02%	-0,38%	-5,15%	-0,73%	-6,36%	-1,34%

A tabela a seguir resume os métodos de avaliação utilizados para determinar o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

O detalhamento é o seguinte:

- Nível 1: Preços de mercado cotados em um mercado ativo;
- Nível 2: Métodos de avaliação baseados em premissas totalmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo;
- Nível 3: Métodos de avaliação baseados em premissas não ou apenas parcialmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo. Não há itens avaliados através desta metodologia.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de dezembro de 2021			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	2.151.978	-	2.151.978
Valores a receber de instituições financeiras	7.923.549	-	7.923.549
Ativos financeiros ao custo amortizado	6.948.923	-	6.948.923
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	46.034	323.731	369.765
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	63.963.239	63.963.239
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	1.327.629	1.327.629
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	59.979.296	12.819.081	72.798.377
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	29.404	29.404
Em 31 de dezembro de 2020			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	2.791.038	-	2.791.038
Valores a receber de instituições financeiras	4.947.069	-	4.947.069
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.456.138	430.374	11.886.512
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	44.131.852	44.131.852
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	7.661.942	7.661.942
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	43.185.401	17.630.005	60.815.406
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	0	48.267	48.267

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos prazos dos ativos e passivos financeiros mais relevantes do Consolidado:

	2021			Total
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	
Em 31 de dezembro de 2021				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.151.978	-	-	2.151.978
Ativos financeiros ao custo amortizado	13.560.960	27.738.093	37.536.658	78.835.711
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	228.760	9.565	131.440	369.765
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	1.327.629	1.327.629
Passivos				
Passivos financeiros ao custo amortizado	33.178.788	14.886.740	24.732.849	72.798.377
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	10	24	29.370	29.404
2020				
	Sem vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2020				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.791.038	-	-	2.791.038
Ativos financeiros ao custo amortizado	7.695.920	21.492.216	27.145.386	56.333.522
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangentes	193.713	9.565	51.230	254.508
	-	7.767.794	68.620	7.836.414
Passivos				
Passivos financeiros ao custo amortizado	36.130.920	9.046.441	15.638.046	60.815.407
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	13	3	48.251	48.267

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponibilidade	531.556	390.737
Operações compromissadas	1.619.997	2.400.112
Depósitos em banco central com exceção dos depósitos de reservas compulsórias	425	189
Total	<u>2.151.978</u>	<u>2.791.038</u>

8. Valores a receber de instituições financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos junto a instituições financeiras	3.784.928	3.080.921
Operações compromissadas - aplicações	4.138.621	1.866.148
Total	<u>7.923.549</u>	<u>4.947.069</u>

9. Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes – títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Os títulos e valores mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Títulos públicos - LFT	8.199.473	11.938.105
Títulos públicos - LTN	-	2.983.079
Outros títulos de dívida - CPR	77.078	184.429
Letras Financeiras - LF	46.035	-
Quotas de fundos de investimentos	197.325	193.714
Total	<u>8.519.911</u>	<u>15.299.327</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

b) Instrumentos financeiros derivativos:

As tabelas a seguir apresentam os valores contratuais e os valores justos positivos e negativos dos contratos de derivativos do Banco.

	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
<i>Em 31 de dezembro de 2021</i>			
Instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge	2.796.907	126.406	29.404
Total dos ativos / passivos financeiros derivativos reconhecidos	2.796.907	126.406	29.404

	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
<i>Em 31 de dezembro de 2021</i>			
- Derivativos de moedas	2.796.907	126.406	29.404
- Não cotados	2.721.377	126.406	29.404
- Swaps	2.721.377	126.406	29.404
- Cotados	75.530	-	-
- Futuros	75.530	-	-
Total Instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge	2.796.907	126.406	29.404

	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
<i>Em 31 de dezembro de 2020</i>			
Instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge	2.600.397	46.196	48.267
Total dos ativos / passivos financeiros derivativos reconhecidos	2.600.397	46.196	48.267

	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
<i>Em 31 de dezembro de 2020</i>			
- Derivativos de moedas	2.600.397	46.196	48.267
- Não cotados	974.465	46.196	48.267
- Swaps	974.465	46.196	48.267
- Cotados	1.625.932	-	-
- Futuros	1.625.932	-	-
Total Instrumentos financeiros derivativos mantidos como hedge	2.600.397	46.196	48.267

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

10. Empréstimos e recebíveis de clientes

a) Composição

A composição da rubrica empréstimos e recebíveis de clientes está demonstrada na tabela a seguir:

	2021	2020
Empréstimos para clientes privados		
Clientes carteira comercial	3.247.780	3.042.482
Clientes carteira rural	12.884.863	10.850.793
Clientes carteira cambio	262.606	171.021
Clientes carteira rural - repasses interfinanceiros	38.688.782	24.745.879
Clientes cartões	7.751.154	4.650.541
Demais clientes	1.206.713	693.654
Menos: Provisões para perdas de créditos esperadas	(78.659)	(22.518)
Total	63.963.239	44.131.852

	2021	2020
Detalhamento das provisões de crédito:		
<i>Em 1º janeiro</i>	22.518	6.582
- Redução ao valor recuperável adicional para perdas de créditos esperadas	56.577	14.457
- Outros	(436)	1.479
Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	78.659	22.518
Provisões para perdas de créditos esperadas	78.659	22.518
Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	78.659	22.518

b) Reconciliação do valor contábil bruto das operações de crédito e provisão para perdas de créditos esperadas:

2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos para clientes privados				
Clientes carteira comercial	3.239.136	564	8.080	3.247.780
Clientes carteira rural	12.884.863	-	-	12.884.863
Clientes carteira cambio	262.606	-	-	262.606
Clientes carteira rural - repasses interfinanceiros	38.688.782	-	-	38.688.782
Clientes cartões	7.751.154	-	-	7.751.154
Demais clientes	1.206.713	-	-	1.206.713
Total	64.033.254	564	8.080	64.041.898
Provisões de crédito	(70.554)	(25)	(8.080)	(78.659)
Total	63.962.700	539	-	63.963.239

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2020	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos para clientes privados				
Clientes carteira comercial	3.040.280	416	1.786	3.042.482
Clientes carteira rural	10.850.793	-	-	10.850.793
Clientes carteira cambio	171.021	-	-	171.021
Clientes carteira rural - repasses interfinanceiros	24.745.683	-	196	24.745.879
Clientes cartões	4.650.541	-	-	4.650.541
Demais clientes	693.654	-	-	693.654
Total	44.151.972	416	1.982	44.154.370
Provisões de crédito	(20.513)	(23)	(1.982)	(22.518)
Total	44.131.459	393	-	44.131.852

11. Ativos intangíveis

	Outros ativos intangíveis
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2021</i>	
Valor contábil líquido inicial	589
- Amortização	(462)
Valor contábil líquido final	127
Custo	3.642
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(3.515)
Valor contábil líquido	127
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2020</i>	
Valor contábil líquido inicial	1.053
- Amortização	(464)
Valor contábil líquido final	589
Custo	3.642
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	(3.053)
Valor contábil líquido	589

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Total
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2021</i>			
Valor contábil líquido inicial	40.720	18.721	59.441
- Adições	2.021	1.516	3.537
- Alienações	-	(160)	(160)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(762)	(3.425)	(4.187)
- Transferência	(1.280)	1.280	-
Valor contábil líquido final	40.699	17.932	58.631
Custo	51.497	41.186	92.683
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(10.798)	(23.254)	(34.052)
Varição do valor contábil líquido	40.699	17.932	58.631
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2020</i>			
Valor contábil líquido inicial	37.705	20.841	58.546
- Adições	0	6.151	6.151
- Alienações	(817)	(316)	(1.133)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(623)	(3.500)	(4.123)
- Transferência	4.455	(4.455)	-
Valor contábil líquido final	40.720	18.721	59.441
Custo	50.757	40.972	91.729
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(10.037)	(22.251)	(32.288)
Varição do valor contábil líquido	40.720	18.721	59.441

13. Propriedades para investimento

	2021	2020
Valor contábil líquido inicial	3.304	3.389
- Depreciação	(89)	(85)
Valor contábil líquido final	3.215	3.304
- Custo	4.458	4.458
- Depreciação	(1.243)	(1.154)
Varição do valor contábil líquido	3.215	3.304
Detalhamento da receita de locação de Propriedades para investimento:		
Receita de locação líquida de propriedades para investimento	324	346
Depreciação acumulada de propriedade para investimento	(1.243)	(1.154)

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

14. Outros ativos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Recebíveis e pagamentos antecipados	67.493	57.815
Pagamentos Instantâneos - Pix	33.255	60.760
Devedores por convênios	4.478	711
Devedores por depósitos em garantia	26.409	24.316
Adiantamentos e antecipações salariais	3.100	3.063
Valores a regularizar	675	1.243
Valores a regularizar - Cartões Sicredi	206.343	163.347
Despesas Antecipadas	29.211	12.204
Portabilidade de crédito ativa	782	6.406
Outros ativos	17.142	11.526
Total de outros ativos	<u>388.888</u>	<u>341.391</u>

Pagamentos Instantâneos – Pix referem-se aos valores recolhidos ao Banco Central para operações de pagamentos instantâneos.

Valores a regularizar referem-se aos saldos da agenda financeira para repasse as credenciadoras e bandeiras.

Despesas antecipadas classificadas no ativo não circulante referem-se aos valores da apropriação dos custos de transação das operações de captações internacionais.

15. Passivos Financeiros ao custo amortizado

a) Depósitos de instituições financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outros empréstimos	18.818.239	14.966.741
Outros depósitos	12.045.633	5.798.428
Total de depósitos de instituições financeiras	<u>30.863.872</u>	<u>20.765.169</u>

b) Depósitos de clientes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósito à vista	81.693	96.867
Depósito à prazo	29.033.731	22.323.366
Total de depósitos de clientes	<u>29.115.424</u>	<u>22.420.233</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

c) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Captações no mercado - Carteira própria	2.467.640	11.807.188
Captações no mercado - Carteira de terceiros	1.281.758	1.665.414
Obrigações por emissão de letras financeiras	9.069.683	4.157.403
Total de obrigações de títulos e valores mobiliários	<u>12.819.081</u>	<u>17.630.005</u>

16. Provisões

A Instituição possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

<u>Natureza</u>	<u>Probabilidade de perda</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Trabalhista	Provável	21.648	21.908
Cível	Provável	6.778	6.221
Total		<u>28.426</u>	<u>28.129</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía também processos cíveis, trabalhistas e tributários cuja probabilidade de perda é possível na Controladora no montante de R\$ 46.131 (2020 – R\$ 39.184) e no Consolidado no montante de R\$ 53.255 (2020 – R\$ 40.513).

Nas ações avaliadas como risco provável, destacamos a ação civil de indenização de danos morais no valor de R\$ 39.656 movida contra o Banco Sicredi referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, que não teriam sido adequadamente cumpridos.

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Aumento Provisão</u>	<u>Baixa/Reversão de Provisão</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhista	21.908	346	(606)	21.648
Cível	6.221	614	(57)	6.778
Total não circulante	<u>28.129</u>	<u>960</u>	<u>(663)</u>	<u>28.426</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Vencimento estimado das provisões do Banco (excluindo provisões para benefícios a funcionários e para devedores duvidosos):

	<u>1-5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	28.426	28.426
Em 31 de dezembro de 2020	12.658	12.658

17. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados para todas as diferenças temporárias utilizando o método do 'passivo' com base em uma alíquota de impostos vigente de 50% (2020 - 45%) no Brasil. As mudanças no imposto de renda diferido podem ser detalhadas conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	41.825	32.883
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	26.863	7.275
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:		
- remensuração do valor justo	(6.086)	1.667
Saldo Final	62.602	41.825
Passivo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	2.080	4.181
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	78	40
- Outros resultados abrangentes:		
- remensuração do valor justo	55.060	(2.944)
- Diferenças cambiais	2.477	803
Saldo Final	59.695	2.080
Total do diferido - conciliação	2.907	39.745
Ativo fiscal diferido - por tipo		
Reduções ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	36.000	9.790
Outras provisões	14.902	14.819
Provisão para PPR e Bônus	11.230	10.660
Marcação a Mercado TVM	470	6.556
Total do ativo fiscal diferido	62.602	41.825
Passivo fiscal diferido - por tipo		
Imobilizado	1.581	1.503
Diferenças Cambiais	3.054	577
Marcação a Mercado TVM	55.060	-
Total do passivo fiscal diferido	59.695	2.080
Total do diferido - por tipo	2.907	39.745

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso existir um direito legal de compensar ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente e os itens do imposto diferido relacionar-se à mesma autoridade tributária.

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Ano	Valor dos créditos	
	2021	2020
2021	-	25.495
2022	34.047	5.603
2023	11.234	8.683
2024	10.390	2.044
2025	6.931	-
2026	-	-
Total	62.602	41.825

18. Outros passivos

	2021	2020
Operações com cartões de crédito	6.789.538	4.272.485
Valores a pagar	507.535	437.860
Dividendos a pagar	101.126	78.678
Operações de câmbio	99.206	44.236
Outros	66.762	65.162
Total de outros passivos	7.564.167	4.898.421

As operações com cartão de crédito referem-se aos saldos da agenda financeira de emissão a receber das Cooperativas, bem como eventuais chargebacks e valores a reprocessar das operações de aquisição e valores a receber dos emissores sobre a intermediação de operações realizados com cartões de crédito e de débito.

Valores a pagar referem-se a provisões de folha de pagamento, valores de spread de operações do BNDES a pagar, valores a repassar às Cooperativas, relativos ao convênio firmado com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pela prestação de serviços bancários de recolhimento de contribuições e pagamento de benefícios previdenciários, valores a pagar relacionados a convênios com processadora de cartões de crédito e outros serviços oferecidos pelo banco, valores recebidos do INSS para pagamento de benefícios previdenciários mensais, valores a pagar de transações de cartões de crédito e valores referentes à remuneração da distribuição dos produtos do Banco pelas cooperativas integrantes do Sicredi.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 2.388.974 (em dezembro de 2020 – R\$ 1.458.974), representado por 1.780.876.640 ações ordinárias (em dezembro de 2020 – 1.000.995.233), 249.548.540 ações preferenciais Classe A escriturais sem valor nominal (em dezembro de 2020 – 249.548.540) e 32.782.343 ações preferenciais Classe B escriturais sem valor nominal (em dezembro de 2020 – 32.782.343).

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de maio de 2021, foi autorizado o aumento do Capital Social em R\$ 290.000 mediante emissão de 245.947.226 ações ordinárias. O aumento foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, tendo em vista a criação do limite de capital autorizado para futuros aumentos de capital social, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária em 18 de junho de 2020. A homologação deste aporte no Banco Central ocorreu no mês de julho de 2021.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de setembro de 2021, foi autorizado o aumento do Capital Social em R\$ 640.000 mediante emissão de 533.934.181 ações ordinárias. A homologação deste aporte junto ao Banco Central deu-se no dia 13 de outubro de 2021.

As ações preferenciais Classe A têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco; (c) os mesmos direitos de voto concedidos às ações ordinárias do Banco atualmente existentes; e (d) prioridade no reembolso do capital social. Os dividendos atribuídos às ações ordinárias serão constituídos pelos lucros remanescentes após o pagamento das ações preferenciais Classe A.

As ações preferenciais Classe B têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco, com exceção das Ações Preferenciais Classe A que se colocarão *pari passu* com as Ações Preferenciais Classe B e, portanto, terão a mesma prioridade que as Ações Preferenciais Classe B; e (c) prioridade no reembolso do capital social, *pari passu* com as ações preferenciais Classe A.

Instrumentos híbridos de capital e dívida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Instrumentos híbridos de capital e dívida - principal	134.539	134.539
Instrumentos híbridos de capital e dívida - encargos	90.867	89.930
Total	<u>225.406</u>	<u>224.469</u>

Em 02 de maio de 2005, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.837/01, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 52.400, através

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

da emissão de Recibos de Depósito Bancário - RDB, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo" expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados.

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 134.539, através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", em substituição aos Recibos de Depósito Bancário – RDB emitidos em 2005. A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos.

Para fins de IFRS esses valores foram reclassificados para patrimônio líquido diante da característica dos instrumentos. (vide nota 4.1.7).

b) Reserva de lucros

Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitado a até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

c) Dividendos

Conforme estatuto social da Instituição, o lucro líquido verificado, após as destinações legais e estatutárias, será totalmente distribuído aos acionistas.

Na reunião da Diretoria realizada no dia 21 de dezembro de 2020, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2020 no valor de R\$ 84.357, sendo que R\$ 80.139 foram distribuídos aos acionistas a título de dividendos, na forma do Estatuto Social da Companhia e Acordos de Acionistas, dos quais o valor de R\$ 10.000 foi distribuído às acionistas a título de juros sobre o capital próprio e imputado aos dividendos, e o valor de R\$ 70.139 a título de dividendos.

Na reunião da Diretoria realizada no dia 28 de dezembro de 2021, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2021 no valor de R\$ 108.003. Deste montante, R\$ 10.000 serão distribuídos às acionistas a título de juros sobre o capital próprio e imputado aos dividendos e R\$ 92.603 via dividendos.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações durante o período.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Quantidade		
Ações preferenciais classe A	249.548.540	249.548.540
Ações preferenciais classe B	32.782.343	32.782.343
Ações ordinárias	1.780.876.640	1.000.995.233
Lucro por ação		
Lucro básico/diluído por ação (em Reais - R\$)		
Ações preferenciais classe A	0,28	0,22
Ações preferenciais classe B	0,15	0,12
Ações ordinárias	0,02	0,03

20. Receitas e despesas de juros

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de juros		
Ativos financeiros ao custo amortizado	3.380.522	3.380.522
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	223	223
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	734.939	734.939
Total da receita de juros	4.115.684	4.115.684
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesa de juros		
Passivos financeiros ao custo amortizado	(3.137.907)	(2.085.192)
Total da despesa de juros	(3.137.907)	(2.085.192)
Receita líquida com juros	977.777	2.030.492

21. Tarifas, taxas e comissões

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de tarifas, taxas e comissões		
Administração de ativos	29.640	28.982
Taxa de administração de cartões	13.219	19.438
Taxa de administração de operações de consórcio	292.235	260.929
Comissão de seguro	566.804	481.950
Taxas de custódia e serviços de títulos	1.365	1.912
Taxas de administração	58.474	52.751
Total da receita de tarifas, taxas e comissões	961.737	845.962
Despesa de tarifas, taxas e comissões		
Comissão de seguro	(405.142)	(191.942)
Total da despesa de tarifas, taxas e comissões	(405.142)	(191.942)
Tarifas, taxas e comissões líquidas	556.595	654.020

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

22. Ganho/(perda) líquida de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Instrumentos de dívida e instrumentos financeiros derivativos	182.853	(152.439)
Moedas estrangeiras e outras receitas de negociação	6.754	3.523
Lucro líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	189.607	(148.916)

O lucro líquido da negociação de moedas também inclui ganhos e perdas nos contratos à vista e a termo, opções, futuros e ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

23. Outras receitas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas com carteira de câmbio	28.277	24.913
Convênio INSS	14.198	4.201
Reversão provisões operacionais	16.806	15.265
Recuperação de encargos e despesas	279.968	205.131
Receita variação monetária	194.410	175.155
Receita aplicações compulsórias	121.040	70.322
Receitas com incentivos promocionais	14.006	13.747
Receita aluguel máquina de cartões	-	13.624
Reversão provisões passivos contingentes	663	1.361
Serviços precificação	12.874	2.166
Outras receitas operacionais	1.948	673
Total de outras receitas operacionais	684.190	526.558

24. Despesas de pessoal

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ordenados e salários	(81.631)	(77.896)
Contribuições previdenciárias e custos de seguro	(17.973)	(17.181)
Outros despesas de pessoal	(17.754)	(16.341)
Total de despesas de pessoal	(117.358)	(111.418)

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

25. Outras despesas administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas de viagem	(1.698)	(884)
Materiais de escritório	(86)	(171)
Despesas de TI	(17.530)	(14.771)
Despesas de publicidade	(29.866)	(31.094)
Manutenção de edifícios	(41)	(79)
Honorários profissionais	(66.767)	(225.583)
Despesas tributárias	(165.520)	(123.654)
Despesas serviços prestados SFN	(1.193.836)	(1.044.090)
Despesas serviços técnicos especializados	(230.796)	(161.767)
Outras despesas	(22.351)	(20.151)
Total de outras despesas administrativas	<u>(1.728.491)</u>	<u>(1.622.244)</u>

As despesas dos Serviços do Sistema Financeiro são compostas substancialmente por despesas de prestação de serviços pelas Cooperativas integrantes do Sicredi de alocação de recursos provenientes das linhas de crédito do BNDES e equalização de custos dos programas PRONAF.

26. Outras despesas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesa com carteira de câmbio	(38.706)	(90.498)
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(14.449)	(4.673)
Convênio - Secretária Receita Federal - SEFAZ	(7.392)	(5.936)
Despesa variação monetária	(2.827)	(17.294)
Ressarcimento RCO	(96.632)	(92.018)
Provisão para passivos contingentes	(961)	(5.463)
Cartão de crédito internacional	-	(8.454)
Despesa adquirência	-	(15.138)
LTN - Letras Tesouro Nacional	(130.062)	(73.143)
Outras despesas operacionais	(21.709)	(17.194)
Total de outras despesas operacionais	<u>(312.738)</u>	<u>(329.811)</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

27. Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro operacional do Banco difere do valor nominal baseado nas alíquotas de imposto padrão brasileiras. A reconciliação entre os dois valores é mostrada abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro operacional antes da tributação, juros ao capital e antes da participação dos acionistas minoritários	<u>188.231</u>	<u>142.707</u>
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais de 50% (2020 - 45%)	(94.116)	(64.218)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Incentivos fiscais	1.680	2.736
Constituição PPR pessoal	(1.412)	(1.518)
Honorários diretores	(129)	(211)
Reversão IR e CSLL exercício anterior	-	13
Brindes, doações e patrocínios	(1.077)	(895)
Juros sobre o capital próprio	5.000	4.500
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	1.522	1.529
Efeito da majoração de alíquota de CSLL	3.175	2.492
Outras movimentações permanentes	(562)	(667)
Adicional IR	55	67
Outros, líquidos	618	446
Subtotal	<u>8.870</u>	<u>8.492</u>
Temporárias		
Provisão/ Reversão de PPR Pessoal	(503)	58
(Provisão) de PPR diretores	(164)	(48)
Provisão/Reversão para operações de crédito	(28.113)	(6.506)
Reversão/Provisão para passivos contingentes	(36)	(1.614)
Outras provisões	(228)	(2)
Reversão de títulos baixados para prejuízo	-	258
Ajuste de títulos marcados a mercado	66.769	(5.450)
Depreciação	(82)	(77)
Diferenças cambiais	11	732
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	-	(500)
Outros, líquidos	1.967	(1.348)
Subtotal	<u>39.621</u>	<u>(14.497)</u>
IRPJ e CSLL correntes	(45.625)	(70.223)
Constituição de créditos tributários	(35.689)	10.613
IRPJ e CSSL registrados no resultado	<u>(81.314)</u>	<u>(59.610)</u>
Alíquota efetiva	<u>-43%</u>	<u>-42%</u>

O efeito da majoração da alíquota é referente ao diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, nas quais a alíquota de Contribuição Social é de 9%.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para a empresa Banco, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 20% para 25% a partir de julho de 2021. O efeito do diferencial é aplicado sobre o saldo do ativo e passivo para o diferido em proporção das alíquotas para contribuição social corrente.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

28. Transações com partes relacionadas

Duas partes são consideradas relacionadas caso uma parte exerça controle ou tenha influência significativa sobre a outra parte (no que tange a decisões financeiras ou operacionais). No curso normal dos negócios, o Banco e empresas Controladas realizam uma ampla gama de transações com entidades relacionadas envolvendo diferentes tipos de empréstimos, depósitos e transações em moedas estrangeiras. As transações entre partes relacionadas também incluem transações com controladas, acionistas e alta administração, bem como transações entre controladas.

28.1 Instituições relacionadas/Sistema de Crédito Cooperativo – (Sicredi)

Conforme detalhado no contexto operacional (nota 1), o Banco foi criado para atendimento as necessidades das Cooperativas de Crédito no acesso ao mercado financeiro em sua totalidade.

Abaixo apresentamos as principais operações realizadas pelo Banco com as entidades do Sicredi:

	Consolidado	
	2021	2020
Ativo	48.571.551	30.632.424
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.109	1.797.472
Repasse interfinanceiros	3.880.057	24.745.879
Operações de crédito	38.688.782	458.279
Rendas a receber	463.953	14.249
Títulos e créditos a receber	19.308	100.825
Outros créditos - diversos	5.565.325	3.528.317
Provisão Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(49.983)	(12.597)
Passivo	9.999.511	14.586.509
Depósitos à vista	30.940	82.865
Depósitos à prazo	2.840.667	-
Depósitos interfinanceiros	4.488.186	1.758.309
Captações no mercado aberto - carteira própria	961.680	10.686.961
Captações no mercado aberto - carteira de terceiros	1.281.758	1.665.414
Sociais e estatutárias	101.308	78.678
Outras obrigações - diversas	69.566	89.813
Instrumentos híbridos de capital e dívida	225.406	224.469
Receitas	1.968.419	1.289.157
Operações de crédito	1.492.474	1.128.912
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	244.982	24.990
Receitas de prestação de serviços	19.844	21.379
Outras receitas operacionais	211.119	113.876
Despesas	2.900.152	1.574.613
Operações de captação no mercado	1.671.873	726.771
Outras despesas administrativas	1.188.905	835.456
Outras despesas operacionais	1.918	2.019

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

28.2 Instituições relacionadas/controladas

Os volumes de transações com partes relacionadas, saldos a pagar no encerramento do exercício e receitas e despesas correspondentes durante o exercício são fornecidos abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos de instituições financeiras / depósitos de clientes		
Pendentes no início do exercício	9.636	22.142
- Liquidadas durante o exercício	<u>(4.023)</u>	<u>(12.506)</u>
Total no encerramento do exercício	<u>5.613</u>	<u>9.636</u>
Despesas		
Despesas de juros	15	5
Total das despesas de transações com partes relacionadas	<u>15</u>	<u>5</u>

28.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O valor dos honorários mensais do diretor-presidente, do diretor executivo e dos diretores, e
- O diretor-presidente, o diretor-executivo e os diretores, terão também direito as prerrogativas previstas no Programa de Benefícios do Sicredi (PBS) e Programa de Educação Cooperativa (PEC) nos termos dos respectivos regulamentos, e em condições equivalentes aos demais colaboradores.

A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários	5.087	4.230
Bônus relacionado ao desempenho	4.796	4.999
Encargos previdenciários	2.290	2.256
Total	<u>12.173</u>	<u>11.485</u>

28.4 Benefícios pós-emprego

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Plano de Previdência Complementar de contribuição definida	250	250
Total	<u>250</u>	<u>250</u>

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

29 Outras Informações

29.1 Plano de pensão – contribuição definida

O Banco e as empresas controladas participam de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade “contribuição definida”. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

29.2 Coobrigações prestadas

a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Créditos abertos a Exportação		
Câmbio a contratar	3.392	1.350
Coobrigação por Garantias Prestadas		
Beneficiários de Garantias Prestadas	105.865	119.885
Depositários de Valores em Custódia/Garantia	10.739.313	6.004.567
Títulos em Cobrança	38.563.541	26.662.125

Os beneficiários de garantias prestadas correspondem basicamente ao valor das garantias prestadas, avais e fianças concedidos à terceiros em moeda nacional.

Os depositários de valores em custódia/garantia referem -se aos valores de títulos de terceiros custodiados na B3 e no SELIC.

Os títulos em cobrança representam os títulos de terceiros em cobrança direta no país.

b) Outras garantias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Margem Garantia BM&F Bovespa	425.604	196.462

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

29.3 Fundos de Investimento

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2021, atingiram R\$ 57.968.419 (em dezembro de 2020 - R\$ 56.624.502).

A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 19.722 (em dezembro de 2020 – R\$ 21.152) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços".

Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

29.4 Cobertura de Seguros

O Banco e as suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada pela administração do Banco, que considera suficiente para cobrir eventuais riscos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Eventos subsequentes

Em 21 de janeiro de 2022, em uma operação inédita, o Banco Sicredi fez a emissão de Green Bond Subordinado no valor de USD 100 milhões junto ao BID Invest, membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O valor captado pelo Sicredi será destinado em sua integralidade para o financiamento de projetos de energia renovável e eficiência energética junto a seus associados.

31. Enfrentamento da Pandemia

Em 2021, seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentando à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Conglomerado Prudencial se manteve ativo, suportando a operação das cooperativas do Sistema em todas as regiões do Brasil, que atuaram com todos os cuidados para evitar a propagação da doença.

Com base no nosso modelo de atuação e visando uma adequação à nova realidade de mercado, implantamos dois novos modelos de trabalho, sendo híbrido com presença física em nosso Centro Administrativo apenas duas vezes por semana, e remoto, possibilitando home office para profissionais das áreas de tecnologia. Desta forma, para mantermos o cuidado e a atenção com nossos colaboradores, o que sempre foi uma premissa, em setembro, realizamos a primeira onda de retorno dos colaboradores ao trabalho híbrido no Centro Administrativo Sicredi (CAS). Até dezembro, 43% dos colaboradores do CAS já estavam atuando no modelo híbrido.

O movimento foi realizado com apoio de pesquisa periódica com os funcionários, obedecendo critérios como: vacinação completa há mais de 15 dias, não pertencer e não residir com pessoas do grupo de risco e não depender de transporte público. Ainda assim, a grande maioria dos colaboradores do Banco Cooperativo Sicredi, seguiram atuando, no modelo de trabalho remoto, desempenhando suas funções

Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

em suas casas, primando pela segurança e integridade da saúde de todos. O retorno desses grupos controlados de colaboradores foi realizado obedecendo todos os protocolos de segurança recomendados.